



Governo desafia regiões e municípios a preparar o próximo QREN

Portugal quer garantir na negociação com Bruxelas um envelope financeiro para 2014-2020 semelhante ao que teve com o QREN, de 21 mil milhões.

Mónica Silveiras
monica.silveiras@economico.pt

O Governo lançou um desafio às regiões e municípios para participarem mais activamente na preparação do próximo quadro comunitário de apoio. As cinco Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) já estão a preparar as suas sugestões para que Portugal possa apresentar no final do primeiro semestre do próximo ano a sua proposta.

“Estamos a preparar uma iniciativa conjunta das várias CCDR, embora isso não impeça que cada uma apresente individualmente as suas sugestões”, confirmou ao Diário Económico fonte oficial da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo. O presidente da CCDR Centro conta que já foi “criado no site um formulário onde cada cidadão da região pode deixar as suas sugestões”. Pedro Andrade Saraiva sublinha que “ainda está muito por clarificar, do ponto de vista dos instrumentos”, mas está seguro que “os interesses da região estão alinhados com aquela que é a estratégia europeia”.

Oito das onze prioridades da União Europeia para 2020 concentram-se em áreas económicas como a competitividade das PME, investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação, emprego e mobilidade laboral, aprendizagem ao longo da vida, eficiência energética e tecnologias de informação. Áreas que Andrade Saraiva garante serem a aposta das cerca de 70 mil PME que existem na região centro. A diversidade de sectores que traduz a força da região para projectar o futuro”.

No Algarve o processo é idêntico. A CCDR está a “realizar um diagnóstico profundo da região e prepara uma proposta de estratégia para o próximo período de programação. Trata-se de um exercício alargado, envolvendo a participação de um vasto leque de parceiros regionais entre os quais municípios, associações empresariais e universidade”, explicou ao Diário Económico o presidente da CCDR Algarve.

David Santos avançou ainda que foram assinados protocolos de parcerias, na sexta-feira, com estes interlocutores.

Hora H aproxima-se

“Aproximamo-nos da Hora H da preparação de Portugal para um novo ciclo de políticas comunitárias”, sublinhou, ao Diário Económico, o secretário de Estado adjunto da Economia, António Almeida Henriques, responsável pelo repto lançado às CCDR. “Temos sensivelmente nove meses”, acrescenta, “para apresentar à Comissão Europeia, a proposta para o novo QREN”, ou seja, o acordo de parceria para o próximo Quadro Estratégico Comum.

Uma das lutas de Portugal na negociação com Bruxelas é garantir um envelope financeiro para 2014-2020 semelhante ao que Portugal teve com o QREN (21 mil milhões). Em causa está um bolo de 336 mil milhões de euros, aos quais crescem 40 mil milhões para as redes transeuro-

peias de transporte, disputado por todos os países europeus.

“Há um debate político sobre os recursos próprios que a Comissão Europeia vai ter ao seu dispor para concretizar o projecto da Europa e promover políticas de crescimento”, sublinhou, numa entrevista recente ao Diário Económico, Nelson Souza, director-geral da AIP-CCI e ex-administrador do Compete. “Depois de definido o bolo importa intervir na sua repartição. O nosso grande interesse é que a política de coesão (33% do total) sejam atribuídos os recursos apropriados”, acrescentou, frisando que “é difícil perceber como é que a PAC e a política de desenvolvimento regional têm mais dinheiro previsto (36%)”.

No primeiro trimestre de 2013 serão aprovados os regulamentos dos fundos comunitários para 2014-2020 e o Executivo tem a consciência que estes “são o único instrumento poderoso de apoio ao investimento, ao crescimento e ao emprego”, por isso, Almeida Henriques, sublinha que a “economia e as empresas podem ter a ambição de ficar com a parte de leão do novo QREN”. Inclusivamente, muitos dos projectos considerados estruturantes na operação limpeza – aquela que retirou o financiamento aos projectos que não conseguiram garantir a sua execução até ao final do QREN – deveriam passar a integrar uma lista de transição para o próximo quadro comunitário.

“O actual QREN foi o último quadro comunitário do ‘hardware’”, diz Almeida Henriques. “O novo QREN será do ‘software’: da economia, das PME e da inovação”, acrescenta. Mas para o próximo quadro cai também o projecto ferroviário de alta velocidade.

Já estão garantidos 150 milhões de financiamento comunitário no âmbito do QREN, verba que se destina à construção do troço Évora-Caia, que concluirá a ligação de Poceirão à fronteira. O financiamento remanescente rola para o próximo quadro comunitário, para o qual o Governo espera voltar a garantir uma taxa de comparticipação de 85%. ■

CALENDÁRIO

12 de Novembro

Arranque formal da preparação do novo QREN em Portugal, numa iniciativa conjunta da Comissão Europeia e do Governo. O comissário da Política Regional, Johannes Hahn virá a Lisboa.

6 de Novembro

Reunião informal de ministros da Coesão, no Chipre, para discutir as apostas do Quadro Estratégico Comum, que vinculará, pela primeira vez, todos os 27 Estados-membro da UE em objectivos e metas comuns.

22 e 23 de Novembro

Cimeira Extraordinária do Conselho Europeu, em Bruxelas, para obter um acordo sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2014/2020 da União Europeia.

Primeiro trimestre de 2013

Deverão ser aprovados os regulamentos dos fundos comunitários para esse período.



A CCDR está a realizar um diagnóstico profundo da região e prepara uma proposta de estratégia.

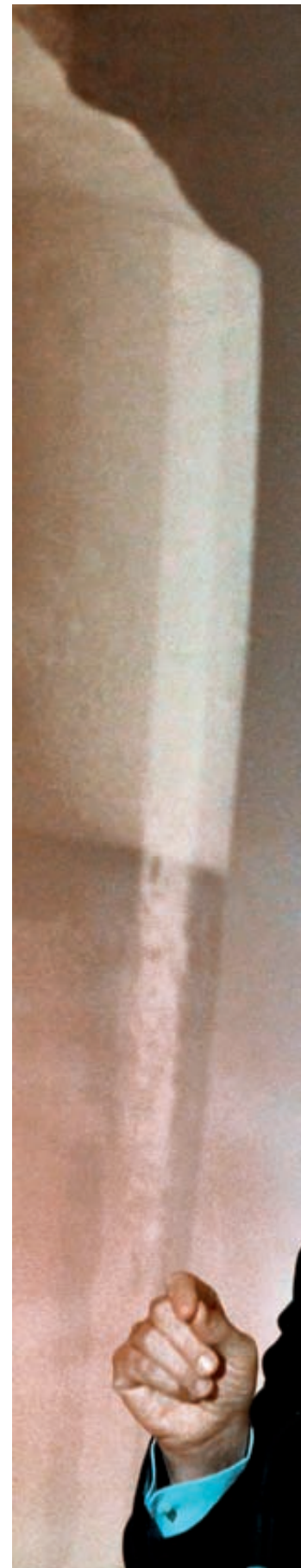
David Santos
Presidente da CCDR do Algarve

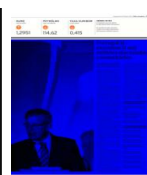
Foi criado no site um formulário onde cada cidadão da região pode deixar as suas sugestões.

Pedro Andrade Saraiva
Presidente da CCDR Centro

Estamos a preparar uma iniciativa conjunta das várias CCDR.

Fonte oficial
CCDR Lisboa e Vale do Tejo





Paula Nunes

Almeida Henriques avança que, neste momento, existem mais de 550 milhões de euros de pedidos de financiamento de empresas no QREN, que serão decididos nas próximas semanas. O secretário de Estado adjunto da Economia diz que está a ser preparado um pacote de simplificação e desburocratização do QREN, especialmente a pensar nas empresas.

Portugal já executou 11 mil milhões dos fundos comunitários

As empresas, a 15 de Setembro, executaram 1.409 milhões de euros, ou seja, 49% dos fundos.

Portugal já executou 50% dos fundos comunitários, o que significa 10.706 milhões de euros. O marco foi atingido a 15 de Setembro, segundo dados do gabinete do secretário de Estado adjunto da Economia. O Fundo Social Europeu é o que apresenta uma taxa de execução mais elevada (58,4%).

“Em 14 meses executaram-se quatro mil milhões de euros do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), alcançando uma taxa de execução de 50% a 15 de Setembro passado”, disse António Almeida Henriques, em declarações ao Diário Económico. “Concretizámos em dobro e em metade do tempo o que o Governo anterior aplicou do QREN. Melhorámos também os pagamentos aos investidores do QREN e os reembolsos de Bruxelas, colocando Portugal no grupo dos quatro países da União com maiores transferências de Fundos Comunitários”, acrescentou o secretário de Estado justificando este desempenho com as medidas da reprogramação estratégica.

As empresas têm um nível de execução ligeiramente inferior dos fundos comunitários (49% a 15 de Setembro, ou seja 1.409 milhões de euros). No entanto, o valor dos incentivos já aprovados já ascende a 2.872 milhões de euros, num total de 6.537 projectos aprovados. Os 50% de execução para as empresas foram atingidos no final do mês de Setembro.

Apesar da taxa de execução do QREN estar nos 50%, a taxa de aprovação, ou compromisso, ascende a 84,5%, o que representa um total de 18,08 mil milhões de euros.

Em termos de decomposição dos fundos, o Fundo Social Europeu (FSE) é aquele apresenta um grau de execução mais elevado (58,4%), seguido do Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional (Feder) com uma execução de 50,3% e, finalmente, o Fundo de Coesão com uma execução de 30,9%.

Se a análise for feita por programas operacionais, o melhor desempenho cabe ao Programa Operacional Potencial Humano

com uma taxa de execução de 58,1%, que é utilizado para financiar estágios e formação profissional, seguido do Programa Operacional Regional do Centro (48,1%) e do programa do Alentejo (47,4%). O pior nível de execução cabe ao Programa Operacional Regional do Algarve (33,1%).

Com este nível de desempenho Almeida Henriques reitera que é possível chegar ao final do ano com uma execução de 60%. “O ‘score’ de 60% na aplicação do QREN a 31 de Dezembro (20% em 12 meses) é alcançável com as medidas que estamos a adoptar, nomeadamente a linha Investe QREN, o pacote da simplificação e a reprogramação estratégica, mas exige o esforço de todos”, garante. ■ M.S.

EXECUÇÃO POR FUNDO

● Fundo Social Europeu (FSE) tem uma taxa de execução de 58,4%.

● Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional (Feder) tem uma taxa de execução de 50,3%.

● Fundo de Coesão (FC) tem uma taxa de execução de 30,9%.

EXECUÇÃO POR PROGRAMA

● Programa Operacional Potencial Humano - 58,1%

● Programa Operacional Regional do Centro - 48,1%

● Programa Operacional Regional do Alentejo - 47,4%

● Programa Operacional Factores de Competitividade - 47,1%

● Programa Operacional Regional do Norte - 45%

● Programa Operacional Regional de Lisboa - 43,8%

● Programa Operacional Valorização do Território - 43%

● Programa Operacional Regional do Algarve - 33,1%

